



A PLR É CONQUISTA NOSSA

COM MUITO TRABALHO, RECORDES DE PRODUÇÃO E DE LUCRO

Um bom Conselho é para todos

O presidente do STEFEM, Lúcio Azevedo, fala de sua reeleição como representante titular dos trabalhadores no Conselho de Administração da Vale.

Além de uma disputa entre 20 chapas concorrentes, tivemos no meio do caminho uma tragédia que abalou todos os trabalhadores na empresa.

Lúcio reconhece a importância de termos no Conselho um representante amparado no movimento sindical.

Página 3



Nossa responsabilidade e desempenho no trabalho em 2018 para alavancar os resultados operacionais e financeiros da Vale renderam o pagamento de mais uma PLR que chegou quase ao teto de 7 salários.

O importante valor recebido pelos trabalhadores demonstra o acerto do movimento sindical no modelo da PLR, que evoluiu de 5 para 6 e 7 salários. A categoria recebeu seu direito integralmente, apesar da tragédia de Brumadinho, que levou os trabalhadores a temerem o futuro. **PÁGINA 2**

Destruir sindicatos é munição da direita armada contra os trabalhadores

A retomada do governo Federal pela direita acelera o desmonte dos avanços sociais no País, com ataques sobre as leis trabalhistas e previdenciárias, exigência da elite para aumentar seus lucros. Para isto é necessário desmobilizar as lutas dos trabalhadores através da progressiva extinção dos sindicatos. As medidas de Bolsonaro encaminham projetos e medidas provisórias para impedir a organização dos trabalhadores. **PÁGINA 3**

FIM DA APOSENTADORIA CHEGA COM BOLSONARO



40 anos de contribuição e **65** anos de idade. Esta é a regra para um trabalhador brasileiro se aposentar.

O projeto de Bolsonaro para a Previdência elimina o princípio «social» para

entregá-la aos bancos, e fundos de «previdência privada».

As mudanças sepultam a perspectiva da aposentadoria, num País marcado pelo desemprego. **Página.4**

A PLR PAGA PELA VALE FOI UMA CONQUISTA DOS TRABALHADORES

Foto de arquivo



A grande participação dos trabalhadores no Sindicato fortalece a luta diante da empresa

Como o Sindicato vinha afirmando a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) relativa ao ano de 2018 caminhava para receber mais um valor recorde, que se aproximaria do teto de sete salários. Os resultados operacionais e financeiros dos três primeiros trimestres de 2018 já apontavam para mais esta vitória dos trabalhadores antes mesmo do fechamento do balanço anual com os números finais do quarto trimestre.

A Vale deverá divulgar seus números finais do Balanço 2018 ainda neste mês de março, mas os trabalhadores já puderam comemorar o pagamento da PLR de maior valor pago no País por uma empresa privada.

rar o pagamento da PLR de maior valor pago no País por uma empresa privada.

DESEMPENHO DA CATEGORIA

O número médio da PLR de 6,88 salários é resultado do grande empenho dos trabalhadores para atingir as metas de produção definidas pela empresa para o ano passado. No "Corredor Norte", de um painel de metas de 1,0, com uma meta de 0,50, no mínimo e 1,50, no máximo, os trabalhadores atingiram 1,48, o que mostra grau de responsabilidade e compromisso dos operários com a empresa.

No valor de PLR pago foi deduzido um valor nominal de 50% do salário adiantado em 2016, lembrando que após os reajuste salariais este valor caiu a cerca de 35 a 40% do valor histórico adiantado.

Outro ponto importante, os recordes de pagamento da PLR em 2018 e 2019 são resultado de mudanças importantes realizadas nas negociações do STEFEM e demais sindicatos com a Vale, para impedir que tenhamos o direito zerado, como aconteceu por causa dos resultados de 2015. As mudanças surtiram efeito, para que tivéssemos uma aferição mais justa para pagamento aos trabalhadores.

TRAUMA APÓS A TRAGÉDIA DE BRUMADINHO

Infelizmente, ainda há aqueles que parecem torcer pelo pior e produzem um monte de mensagens nas redes sociais para atemorizar os trabalhadores.

E com a PLR que recebemos agora não foi diferente. Começaram a circular inúmeras mensagens nas redes sociais de que a Vale não pagaria o direito aos trabalhadores, em função da tragédia na barragem em Brumadinho (MG).

O STEFEM, através de seu presidente, Lúcio Azevedo, que participa do Conselho de Administração da Vale como representante dos trabalhadores, defendeu o cumprimento da empresa com todos as suas responsabilidades. E a PLR já era

um resultado consolidado do balanço de 2018, não havendo nenhuma razão para qualquer temor pelo seu não pagamento.

Lúcio afirma que evitou até que ficássemos falando incisivamente neste assunto depois que ocorreu o grande sofrimento de todos pela tragédia na Barragem do Córrego do Feijão, que vitimou tantos companheiros e integrantes da comunidade local. "Tivemos de dividir nossa preocupação com o socorro às vítimas, em fazer justiça após o trágico acidente, e tínhamos já o compromisso firmado pela empresa de honrar seus compromissos com o conjunto de trabalhadores", afirma Lúcio.

VITÓRIA NA REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NO “CONSELHO”

Pela terceira vez consecutiva, Lúcio Azevedo foi eleito para representar a categoria no Conselho de Administração da Vale, tendo como companheiro, na suplência, o presidente do Sindimina-RJ, Iran Santos.

Numa disputa de 20 chapas



Lúcio e Iran, vitória para o Conselho

concorrentes, os trabalhadores na Vale, com votos que representam a base em todos os Estados com atividade da empresa, decidiram optar por candidaturas de lideranças ligadas ao movimento sindical, que têm histórico de atuação pelos direitos da categoria e que sempre cobraram medidas de anseio coletivo. Amparados pelos sindicatos e com trânsito em todas as esferas de atividade da categoria, a representação dentro do Conselho de Administração da Vale ganha força para os investimentos não deixem de olhar para o crescimento profissional, para as questões de segurança no trabalho e ambiental e para que os trabalhadores sejam plena-

mente percebidos como mola mestra dos resultados operacionais e financeiros da empresa.

Tragédia de Brumadinho

Consagrado com mais esta vitória, Lúcio Azevedo confessa que esteve a ponto de desistir da candidatura, pois ficou muito abalado pela tragédia de Brumadinho, que aconteceu na véspera da votação para o Conselho. “Era muito difícil abordar qualquer companheiro em campanha num momento tão doloroso como aquele e foi com muito custo que conseguimos superar a tristeza que nos assolou”, lembra Lúcio.

Afirmou também sua gratidão a tantos que se empenharam nesta candidatura e dos demais concorrentes, lembrando que devemos ser “o conselheiro de todos”, pois “está nas nossas costas a participação nas definições das políticas para o bem estar de todos nós”.

GOVERNO QUER DESMOBILIZAR OS TRABALHADORES SEM SINDICATO

Desde o governo Temer e pior ainda agora com Bolsonaro, os direitos trabalhistas e previdenciários passam por severa ameaça.

As reformas encaminhadas ao Congresso Nacional desmontam as conquistas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da Previdência Social e prescritos pela própria Constituição Brasileira. O governo conta com um Congresso Nacional constituído principalmente por representantes patronais e amparado por uma estrutura de Justiça que usa balança “dois pesos e duas medidas”, agindo contra interesses sociais e facilitando as ações da direita que

assumiu o poder.

Os ataques aos direitos só se consolidam se os patrões conseguirem eliminar a organização dos trabalhadores através dos sindicatos. A estratégia é dificultar ao máximo que os trabalhadores sustentem seus instrumentos de lutas. A tática começou com o ataque à contribuição sindical e agora querem que as mensalidades sejam pagas por boleto, exigindo que o trabalhador precise ir ao banco e enfrentar filas para contribuir para o Sindicato. Querem matar a luta dos trabalhadores com o firme propósito de extinguir os sindicatos.

Só com a mobilização social e participação dos trabalhadores poderemos barrar este desmonte criminoso, que desconstrói as medidas recentes para alcançarmos maior justiça e igualdade em nosso País.

Trabalhador que não tiver um sindicato estruturado e forte estará fadado a perder todos os seus direitos. Por isto, devemos nos unir, nos sindicalizar e resistir às reformas criminosas contra os brasileiros.

SINDICALIZE-SE!

Fortaleça a luta pelos direitos dos trabalhadores!

Proposta de Bolsonaro acabará com a aposentadoria no Brasil

A direita no poder, a serviços dos patrões, desmonta a previdência social e direitos trabalhistas para baratear folhas de pagamentos

Os trabalhadores estão condenados a não conseguirem mais se aposentar no Brasil. A proposta de mudanças do governo praticamente tira o “Social” da Previdência e coloca o “Privado” em seu lugar. Deixa de existir a “Previdência Social”, com responsabilidade de trabalhadores, empresários e Estado num mutualismo em favor da sociedade, para entrar em seu lugar a “Previdência Privada”, onde os bancos se apresentam para administrar iniciativas particulares



O «mito» exerce bem o papel de carrasco social

em fundos de capitalização.

O governo pretende tornar a aposentadoria inatingível, retardando quase ao fim da vida regras de acesso ao direito, além de reduzir drasticamente o valor dos

benefícios. Acaba com a aposentadoria por tempo de serviço (35 anos para homens e 30 para mulheres) e determina a exigência da idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para os homens.

REGRAS PARA ELIMINAR A APOSENTADORIA

- ✓ O tempo mínimo de contribuição sobre de 15 para 20 anos.
- ✓ Com 15 anos, hoje é garantida uma aposentadoria de 70% das médias dos 80 maiores salários, mais 1% para cada ano de contribuições). Passando a 20 anos de contribuição, serão garantidos apenas 60% da média de “todos os salários ao longo da vida” e mais 2% para cada ano, até completar 100% quando atingir 40 anos de contribuições;
- ✓ Muda regras do BPC (Benefício de Prestação Continuada) passando a pagar apenas R\$ 400,00 aos 60 anos e chegando a um salário mínimo somente aos 70 anos;
- ✓ A aposentadoria por incapacidade permanente sofre sério abalo, passando para apenas 60% do valor do benefício, exigindo ter no mínimo 20 anos de contribuições e mais 2% para cada ano extra; Se a aposentadoria é em decorrência de acidente ou doença do trabalho, passa a ser calculada pela média de todas as contribuições realizadas até o momento em que requerer o benefício;
- ✓ As pensões não poderão mais ser cumulativas com aposentadoria. Receberá 100 do maior direito e apenas 50% do outro (pensão ou aposentadoria) acrescido 10% por dependente;
- ✓ Revisão indiscriminada de benefícios previdenciários e novas regras de carência, comprovação documental e prazos de requerimento para diversos benefícios;
- ✓ Mudança nas alíquotas de contribuições. Hoje elas são de 8%, 9% e 11% no regime geral, que passam para 7,5% a 11% no setor privado e de 7,5% a 19% no setor público. A cobrança será fatiada por faixa salarial, representando uma cobrança efetiva de 7,5% a 11,68% no setor privado e de 7,5% a 16,79 no setor público;
- ✓ Propõe um agrado aos patrões que não diz respeito a regras para a previdência, para que não precisem mais pagar a multa de 40% do FGTS para rescisões de aposentados que continuarem trabalhando;